

RIO COLONIAL

*Paulo Paranhos**

Resumo: *Subsídios para a História do Rio de Janeiro no período colonial.*

Abstract: *Subsidies for the History of Rio de Janeiro in the colonial period.*

Introdução

Acabe-se de vez com esta praga, tirem-se do assombro os moradores, livre-se a terra, levantemos nela cidade e que fique esta por memória de nossa resolução, e trabalhos, e para exemplo dos vindouros, e freio de semelhantes bárbaros. Assim Estácio de Sá exortava seus conterrâneos à fundação daquela que, à sombra do morro do Pão de Açúcar, se ergueria para ser, um dia, a capital do reino português. Durante séculos testemunharia o desenrolar de lutas, conquistas, derrotas, construções, enfim, tudo aquilo que faria da cidade a *mui leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*.

O século XVI conheceu um Rio incipiente, levando o homem à conquista do litoral e suas ilhas, pelejando contra os tamoios e contra as doenças dos charcos e lodaçais. A insistência e o denodo dos jesuítas aprofundaram a geografia da cidade.

O século seguinte seria marcado por construções, por lutas, com a fixação dos engenhos de açúcar, o tempo dos Assecas. Pouco a pouco o carioca vai drenando pântanos, cobrindo lamaçais, dando uma nova feição à cidade cujo coração mudara de endereço de há muito. O morro do Castelo serviria como refúgio seguro durante anos e seria ponta de lança para direcionar o homem do Rio para outras redondezas, avançando pelo norte em direção à Tijuca e ao sul em direção a Botafogo. Sentiu na pele a dureza das invasões francesas, atacando pela sua desguarnecida zona oeste e rumando em direção ao centro, fazendo refém a cidade e população, num episódio de triste lembrança.

** Historiador*

O século XVIII revelou o ouro nas Minas Gerais e, a febre na corrida pelo metal e pelas pedras preciosas, faz da cidade e seus arredores um refúgio seguro para toda espécie de contrabandistas e aproveitadores de primeira hora. Urgia uma resposta rápida do governante e esta veio na decisão de se transferir para o Rio de Janeiro, em 1763, a capital da colônia. Era o primeiro passo para tornar a cidade um pouco mais digna de nela se viver, pois aqui estariam sediados os Vice-Reis, homens de confiança da Coroa portuguesa. Cumpriria, a partir daí, a sua vocação: ser a capital do Brasil e, mais ainda, abrigar o rei de Portugal e Algarves, a partir de 1808.

Este artigo aborda alguns aspectos do Rio Colonial, as conquistas urbanas, a economia, as revoltas populares, enfim, tudo aquilo que contribuiu para que a cidade do Rio de Janeiro alcançasse um patamar de excelência dentro do cenário nacional.

A economia

A principal atividade econômica do Rio de Janeiro no século XVI foi a exploração do pau-brasil, ainda que houvesse também uns poucos engenhos de moer cana-de-açúcar. Esta última atividade evoluiria de forma relativa até a segunda década do século XVII, uma vez que somente aí por volta de 1610 o Rio de Janeiro atingiria número considerável para deslanchar a economia açucareira, com cerca de 60 engenhos, número esse que, segundo dados retirados das obras de diversos historiadores¹, dobraria em 1694. Assim é que em quase todo o século XVII, os moradores do Rio de Janeiro dedicar-se-iam quase que exclusivamente à agricultura de subsistência, com base na lavoura da cana-de-açúcar. Exemplo são os jesuítas que se estabeleceram nas terras de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em 1596 e que veriam sua fazenda tornar-se a maior da cidade no século seguinte: Santa Cruz possuía dois engenhos e milhares de reses para exportação e consumo na cidade; abrangia um latifúndio integrado pelas planícies dos rios Itaguaí e Guandu.

Os engenhos mais antigos de que se têm notícias são os de Salvador Correia de Sá, na Tijuca; o de Antonio de Salema, na Lagoa de Sacopenapã e o de Martim de Sá no “sertão carioca”². O Engenho Velho, por exemplo, nasceu da primeira fábrica de açúcar dos jesuítas, posteriormente mudada para o Enge-

¹ Varnhagen, Monsenhor Pizarro e Araújo, Noronha Santos.

² Terras que hoje abrangem Jacarepaguá e Barra da Tijuca.

nho Novo, por causa das invasões francesas do início do século XVIII. As freguesias de São Tiago de Inhaúma, Nossa Senhora da Conceição de Irajá, Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande e São Salvador de Guaratiba, nasceram dentro dos canaviais das fazendas do século XVII, todas pertencentes aos jesuítas.

Outra ação observável foi o desenvolvimento da atividade pesqueira, tanto da pesca em si quanto de pequenas fábricas de beneficiamento de carne e do óleo de baleia, atividades que se expandiram na segunda metade do século XVII.³

Também significativos avanços territoriais foram registrados rumo ao norte da província, mais especificamente para a área de Campos dos Goytacazes, onde se edificaram engenhos de açúcar, aí por volta de 1650, estruturados na extensa faixa de sesmaria concedida aos Sete Capitães⁴, personagens importantes no povoamento do Rio de Janeiro, gerando a partir daí o enriquecimento da família dos Assecas, descendentes do governador-geral Mem de Sá.

Ainda assim, o desenvolvimento do Rio de Janeiro era, conforme se pode deduzir do relato de diversos viajantes, dos mais acanhados, observando-se que os frequentadores mais assíduos da cidade eram os mercadores, hospedados pelos seus correspondentes, ou marinheiros que, na maior parte das vezes, permaneciam a bordo dos navios.

O porto da cidade

Por outro lado, um dado importante na economia da cidade configurava-se pela entrada de escravos negros. Trazidos desde o final do século XVI, os escravos africanos que entravam pelo Rio de Janeiro eram quase todos desviados para a região de Campos dos Goytacazes, onde a produção do açúcar, naquela época, fazia a diferença no setor econômico. Verificam-se, então, na cidade,

³ Um dos principais comerciantes do Rio de Janeiro no século XVII foi Diogo Braz de Pina, um rico sesmeiro de terras em Irajá e proprietário de imóveis na Rua Direita (atual 1º de Março). Foi contratador de pesca da baleia e da extração do azeite que se utilizava nos domicílios para a iluminação. Segundo Morales de los Rios Filho, em *O Rio de Janeiro imperial*, p. 278, o iniciador da pesca da baleia no Brasil foi Pedro Urecha, no ano de 1602.

⁴ Antonio Pinto, Miguel Aires Maldonado, Duarte Correia Vasqueanes, Gonçalo Correia de Sá, João Castilho Pinto, Manuel Correia e Miguel Riscado.

alguns problemas entre moradores e mestiços, o que provocou profundas desavenças, dando ensejo ao primeiro levante popular contra os desmandos da Coroa portuguesa no Brasil. Os próprios escravos, em determinados momentos, aproveitavam-se da situação de caos e se organizavam em quilombos, revelando um espírito de luta que seria praticamente comum a algumas áreas da colônia, como Bahia e Pernambuco, por exemplo.

O porto do Rio de Janeiro, localizado dentro da baía de Guanabara, constituiu-se em privilegiado porto para o comércio interno e externo. Sua posição é considerada excepcional em função daquele acidente geográfico, o que mereceu de Varnhagen a generosa afirmação: *é um verdadeiro seio de mar, que, sem exageração, pode conter em si todos os navios que hoje em dia cruzam os oceanos, ou fundeiam em seus ancoradouros; é mais que uma enseada ou simples lagamar; é um grande golfo, ou antes um pequeno mar mediterrâneo que, por um pequeno estreito, de oitocentos e cinquenta braças de largura, se comunica com o Atlântico; é um prodígio da natureza, tal que, aos mesmos que estão admirando, lhes está parecendo fabuloso.*⁵

Não restam dúvidas de que a posição do porto do Rio de Janeiro não era vantajosa somente em relação ao litoral de São Paulo ou do Espírito Santo, mas também em relação às ligações com o sul da Colônia. Era um porto bem protegido, de águas profundas, e tornou-se escala obrigatória dos navios que rumavam em direção ao sul do Brasil e às águas do Prata.

Segundo estudos de Corcino Medeiros dos Santos *o século XVII foi o da monocultura da cana-de-açúcar em torno da Guanabara e da parte norte da Capitania de São Tomé. Essa atividade econômica contribuiu para que a cidade crescesse em número de habitantes, tornando-se cada vez mais importante.*⁶

O açúcar produzido no norte fluminense tinha como destino o porto do Rio de Janeiro para seguir a Lisboa. As entradas de embarcações advindas de Campos, por exemplo, eram as maiores, somente superadas por aquelas originárias do Rio Grande de São Pedro. Como a força da produção estivesse voltada para o mercado externo, o porto do Rio de Janeiro cresceu em importância, evoluiu no mercado comercial Atlântico e tornou-se essencialmente um porto do açúcar.

A respeito do crescimento da importância do porto do Rio de Janeiro, o padre Andreoni, estudioso jesuíta mais conhecido sob o pseudônimo de Antonil,

⁵ *História Geral do Brasil*, Itatiaia, 1981, v. 1, p. 322.

⁶ *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa*, p. 32.

declarava que *no final do século XVII e começos do XVIII, figura (o porto do Rio de Janeiro) em terceiro lugar na exportação do referido produto (açúcar), com um total de 10.220 caixas, enquanto Pernambuco conta com 12.300 e a Bahia com 14.500.*⁷

João Luiz Fragoso e Manolo Florentino, estudando as relações comerciais do Rio de Janeiro no período de 1790 a 1840, apontam que *o século XVIII consolidará a economia e sociedade do Rio de Janeiro nos marcos do mercado atlântico.*⁸ Certo é que também o ouro das Minas Gerais ensejou o aumento das importações de escravos africanos e o Rio de Janeiro, a partir de então, com o crescimento contínuo do volume de negócios, teve seu porto transformado no maior e mais importante centro de importação de escravos, deixando para trás, inclusive, portos tradicionais como o do Recife e o de Salvador.

A distribuição dos escravos pelo porto do Rio de Janeiro coloca-o, a partir da segunda metade do século XVIII, como o principal centro reprodutor de escravos para o sudeste e para o sul do Brasil. *A Gazeta do Rio de Janeiro*, de 1817, informa, por exemplo, que naquele ano cerca de 2% das naus que se destinavam do Rio de Janeiro ao porto de São João da Barra, saíam com carregamento de escravos para alimentar as plantações campistas. Na realidade, em fins do século XVIII, Campos possuía o terceiro maior contingente de escravos de toda a Capitania do Rio de Janeiro, chegando-se a admitir que em 1816, segundo informações de Silvia Lara⁹, eles constituíssem quase 55% dos habitantes da região.

O já citado padre Antonil informa-nos que, juntos, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, eram responsáveis pelo montante de 2.535:142\$800 da produção do açúcar exportado, sendo $\frac{1}{4}$ desse total pertencente à produção do Rio de Janeiro, mais especificamente do norte fluminense, onde na região de Campos, dos 50 engenhos existentes em 1750, passou-se para 113 em 1777, período em que a produção cresceu por volta de 235%. A exportação de açúcar pelo porto do Rio de Janeiro quadruplicou quanto ao volume e setuplicou quanto ao valor.

As cartas do Marquês de Lavradio revelam que em 1778 havia na Capitania do Rio de Janeiro cerca de 320 engenhos de açúcar, onde trabalhavam 11.735 escravos, gerando uma produção anual de 199.720 arrobas de açúcar, ou 4.968 caixas, o que estabelecia uma média de 15,52 caixas por engenho produtor. Por outro lado, eram 176 as engenhocas que produziam aguardente, onde

⁷ *Cultura e opulência do Brasil*, p. 231.

⁸ *O arcaísmo como projeto*, p. 34.

⁹ *Campos da violência*.

trabalhavam 1.752 escravos, gerando uma produção anual de 2.477 pipas, equivalentes a 1,35 pipas por engenhoca produtora. Vale registrar que somente na região norte fluminense, à época, havia 200 engenhos de açúcar, responsáveis por quase 62,5% da produção anual da Província.

E a função do porto do Rio de Janeiro, enquanto exportador do açúcar, perdurou até a primeira metade do século XIX, quando aquela cultura foi substituída pelo café, que, incrementado na cidade do Rio de Janeiro e na região do vale do Paraíba do Sul (entre Taubaté e Cantagalo, passando por Resende, Vasouras e Paraíba do Sul), transformar-se-ia no principal produto de exportação do Brasil.

Um sentimento nativista

Diversas dificuldades administrativas e econômicas e a preocupação do governo dos Assecas com a região dos engenhos de açúcar em Campos fizeram com que a população se insurgisse, em 1660, afastando o governador Salvador Correia de Sá e Benevides, em protesto contra a política monopolista da Companhia Geral de Comércio, que detinha o controle absoluto sobre a venda dos principais gêneros alimentícios na colônia, assim como a farinha de trigo, o vinho, o azeite de peixe e o bacalhau, produtos metropolitanos por excelência.

Salvador de Sá assumiu o governo das capitânicas do sul em 1º de janeiro de 1660, passando a governar, também, a cidade do Rio de Janeiro. Nesse mandato, propôs, pela primeira vez, uma espécie de imposto predial, totalmente rejeitado pela Câmara de Vereadores. Em contrapartida, o governador restaurou a liberdade de fabricação de aguardente, cobrando sobre a produção uma taxa que subsidiaria o soldo dos militares. No entanto, alegando serem insuficientes os recursos advindos desse imposto, o governador anulou sua aprovação e estabeleceu um outro imposto de capitação onde os mais ricos da cidade pagariam 8\$000 e as outras pessoas de acordo com suas posses. As medidas, extremamente impopulares, foram o cerne da revolução que aconteceria no final do ano e que se estenderia pelo seguinte.

Segundo consta da obra do historiador Ivan Alves Filho, *a revolta visava também conter os desmandos da família Sá e Benevides, uma verdadeira oligarquia no Rio de Janeiro de então e com extensões para todo o norte da capitania*.¹⁰ Os moradores da cidade, apoiados pela Câmara, lograram ocupar o

¹⁰ *História dos estados brasileiros*, p. 161.

poder durante aproximadamente nove meses, até a intervenção das forças sustentadas pela metrópole.

No dia 8 de novembro irrompe uma insurreição na cidade contra o Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, quando é retirado do governo Tomé Correia de Alvarenga, interinamente respondendo pelo governo na ausência do titular. Na oportunidade, Agostinho Barbalho Bezerra, um dos vereadores, foi aclamado governador, tendo, porém, aceitado o cargo sob protesto, pois reconhecia a autoridade de Tomé Alvarenga. Os dias foram extremamente difíceis, tendo a Câmara tomado as rédeas do poder e declarado, inclusive, nula a aposentadoria¹¹ dos governadores. Os três primeiros meses do ano de 1661 foram de grande caos na cidade, com um governo pusilânime de Agostinho Barbalho, deposto pela Câmara em 8 de fevereiro. O governo, agora a cargo da Câmara Municipal, foi surpreendido pelo retorno de Salvador de Sá, vindo de São Paulo com uma força considerável para resgate da cidade. Após alguns combates de rua, com várias mortes, os vereadores refugiaram-se no Convento de Santo Antônio. Ali foram presos Jerônimo Barbalho, Lucas da Silva, Diogo Lobo, João de Castilho Pinto, Matias Gonçalves, Francisco Barreto, Manuel Caldeira e Francisco de Oliveira, tendo sido o primeiro condenado à morte e os demais enviados para Salvador. O governador foi substituído em 1º de julho por Pedro de Melo.

O líder dos revoltosos, Jerônimo Barbalho Bezerra, foi executado no dia 10 de abril de 1661. Essa revolta ficou conhecida como a “Revolta da Cachaça”, em virtude das opressões do governo originadas pela crise açucareira, em especial ao comércio da cachaça, além de protestarem, também, contra as mortes verificadas na população de escravos e pela epidemia de varíola que grassava na cidade, sem que as autoridades tomassem quaisquer providências.

Esse momento, segundo diversos autores, é a fase em que desponta o espírito nativista dos habitantes da cidade. E isso, segundo o mesmo Ivan Alves Filho, citando o Prof. José Honório Rodrigues, pode ter certo fundamento, pois em 1709, por exemplo, as autoridades coloniais manifestam a preocupação de que *nas eleições que se fizessem de oficiais do Senado da Câmara na cidade do Rio de Janeiro não se elegessem pessoas mecânicas nem de nação, ou seja, operários e judeus*.¹²

¹¹ Obrigação da população em dar aposentos ao governante, pagando os aluguéis da casa em que residisse e arcando com o seu soldo mensal.

¹² Obra citada, *idem*.

E surge o ouro...

É preciso não esquecer, todavia, o papel fundamental cumprido pelo Rio de Janeiro no que respeita à continuidade da dominação portuguesa no Atlântico. Não há como se desconhecer que a capitania dera uma contribuição decisiva à expulsão dos holandeses do Nordeste e auxiliara também na conquista do Rio Grande de São Pedro (posteriormente Rio Grande do Sul). E ainda não é tudo: contribuiu generosamente para saldar a dívida de Portugal para com a Holanda, conforme determinava o Tratado de Haia, assinado entre as duas nações após a Restauração Portuguesa de 1640, como indenização pela perda do Nordeste açucareiro.

Assim é que a partir da decadência do açúcar no Nordeste, o número de engenhos na região do Rio de Janeiro aumentaria significativamente até o final do século XVIII e aí, com a intensificação da exploração do ouro em Minas Gerais, a cidade abraçaria uma era de grandes mudanças: o seu porto, como assinalado anteriormente, centralizaria, em boa parte, o fluxo de barras de ouro para o Reino.

Exemplo disso é que em 1704 começava a ser rasgado o Caminho Novo para a região das Minas Gerais, considerado pelas autoridades metropolitanas mais seguro que o caminho antigo, que saía do Rio de Janeiro, alcançava Paraty e daí subia a serra da Mantiqueira em direção às minas de ouro. Esse novo caminho, aberto por Garcia Rodrigues Paes, partia do Rio de Janeiro em direção a Vila Rica (atual Ouro Preto), subindo por Petrópolis, passando por Paraíba do Sul e, a partir de Matias Barbosa, seguia o traçado do que hoje representa a BR-040, desviando-se na altura de Conselheiro Lafayette, atravessando por Ouro Branco e alcançando, então, Ouro Preto. O caminho estaria totalmente aberto e transitável entre 1722 e 1725.

Retornemos a Ivan Alves Filho, que nos lembra que com o surgimento das riquezas no território das Minas Gerais, *ainda que o sistema colonial se caracterizasse sempre por uma drenagem de renda para fora da área colonizada, havia uma poupança interna (isto é, algum ouro sempre ficava por aqui)*.¹³ Assim, ambas as capitânicas, Minas Gerais e Rio de Janeiro, experimentavam

¹³ Obra citada, p. 105.

certa prosperidade, abrindo espaço para o crescimento do trabalho livre e assalariado.

No caso do Rio de Janeiro, mais especificamente, essa relativa capitalização possibilitaria uma intensa renovação do centro da cidade. Inicia-se a fase da construção de grandes obras, como o Aqueduto da Carioca e a abertura de diversas ruas no centro da cidade. Somem-se a isso as transformações ocorridas no plano demográfico, fazendo com que se torne o principal centro urbano da Colônia, com aproximadamente 40 mil habitantes, o que ensejará, por outros motivos também, a mudança da capital do Brasil-Colônia da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro.

Assim é que o Rio de Janeiro torna-se capital no dia 27 de janeiro de 1763, por conta das modificações introduzidas pelo Marquês de Pombal, procurando dar maior suporte à fiscalização das minas de ouro e diamantes, uma vez que pela Capitania do Rio de Janeiro constatava-se uma grande evasão de divisas através do contrabando que se processava por Paraty e Mangaratiba, além do próprio porto do Rio de Janeiro. A medida acarretaria significativas mudanças na cidade que passaria a abrigar a administração colonial sob a égide dos Vice-Reis.

Mudanças significativas na estrutura da cidade

Após o falecimento de Estácio de Sá, em 1567, nesse mesmo ano a cidade seria mudada para o Morro do Castelo, hoje não mais existente. Consta dos Anais da Biblioteca Nacional a primeira crônica oficial da cidade com a sua transferência para aquele local: *e por sítio onde Estácio de Sá edificou não ser para mais que para se defender em tempo de guerra com parecer dos capitães e doutras pessoas que no Rio de Janeiro estavam escolhi um sítio que parecia mais conveniente para edificar nele a cidade de São Sebastião o qual sítio era de um grande mato espesso cheio de muitas árvores e grossas em que se levou assaz de trabalho em as cortar e a limpar o dito sítio o edificar uma cidade grande cercada de trasto de 20 palmos de largo por outros tantos de altura toda cercada de muro por cima com muitos baluartes e fortes cheios de artilharia. E fiz a igreja dos padres de Jesus onde agora residem telhada e bem concertada, e a Sé de três naves também telhada e bem concertada, fiz a casa da câmara sobradada telhada e grande, a cadeia, as casas dos armazéns e para a fazenda de sua alteza sobradadas e telhadas com varandas, dei ordem e favor ajuda com que fizessem outras muitas casas telhadas e sobradadas, tendo isto feito por se rebelarem uns principais que estavam em umas fortalezas de muitas cercas dei*

*sobre eles e os desbaratei, e se mataram muitos o que foi causa de tornarem novamente a pedir pazes, mandei vir muitos moradores, muito gado para povoar a dita cidade o qual se dá muito bem de que há já grande criação. Por me vir novas, que o gentio da capitania do Espírito Santo estava alevantado e tinha mortos muitos brancos, foi necessário ir-lo socorrer e fui com parecer dos capitães e moradores da terra, e deixar por capitão da dita cidade do Rio de Janeiro a Salvador Correa de Sá meu sobrinho o qual ainda agora sustento à minha causa.*¹⁴

Sobre essa transferência, Lamego Filho diz que *um atilado tino geográfico presidiu à fundação do Rio de Janeiro no Morro de São Januário ou do Castelo*¹⁵, *como posteriormente viriam a denominá-lo devido à sua fortificação. Um dos fatores que contribuíram para a escolha do local era a sua quase inexpugnabilidade por terra, visto que a Lagoa do Boqueirão*¹⁶ *reforçava a disseminação geral dos pântanos a impedirem a marcha dos grandes efetivos assaltantes, já estorvados pela retaguarda de montanhas da Serra da Carioca.*¹⁷

No plano urbanístico, anotamos que no ano de 1590 foram abertas as primeiras ruas no centro do Rio de Janeiro: Direita (atual Primeiro de Março), São José, Santa Luzia e Misericórdia. De acordo com os estudos de Alexandre Passos *a Rua Direita foi a primeira que se abriu paralela ao litoral, ligando o Morro de São Bento à Rua da Misericórdia, sendo, portanto, um prolongamento desta que, por sua vez, se prolongava pela Praia da Piaçaba, depois Praia de Santa Luzia, após a ereção da primeira ermida.*¹⁸

Problemas de inundação do centro da cidade e focos de mosquitos originados pelas valas que corriam a céu aberto deram ensejo para que fosse aberta, em 1641, a Rua da Vala (atual Uruguaiana) para escoar a água da Lagoa de Santo Antônio até o mar. Foi coberta por laje no século XVIII por determinação do

¹⁴ Citado por Paulo Paranhos in: *História do Rio de Janeiro, os tempos cariocas*, p. 58.

¹⁵ O Morro do Castelo teve essa denominação porque ali foi erguida uma fortaleza, ou “castelo”, logo após a fundação da cidade e sua transferência para aquele sítio.

¹⁶ A Lagoa do Boqueirão estava localizada entre os Morros do Castelo e de Santo Antonio, na conformação que hoje alcança a Avenida Rio Branco, confinando com os Morros da Conceição e de São Bento. No Castelo beirava parte da atual Senador Dantas indo ao Largo da Carioca e ao Passeio Público.

¹⁷ *O homem e a Guanabara*, p. 110.

¹⁸ *O Rio no tempo do Onça*, p. 26.

então Vice-Rei Conde da Cunha. Considerada insuficiente para drenagem da água, foi determinada a abertura, no de 1646, de outra via para ajudar o escoamento das águas, a Rua do Cano (atual 7 de Setembro), que alcançava a Praia do Carmo (atual Praça XV). Idêntica medida tomada foi o aterro da Lagoa do Boqueirão, dando ensejo ao surgimento, mais tarde, do Passeio Público.

No ano de 1643 chegava ao Rio de Janeiro o engenheiro Michel de l'Escolle, responsável pelo primeiro projeto urbanístico da cidade: projetou o traçado das ruas, o declive para escoamento das águas em direção às valas que mandou rasgar, além de ocupar-se das fortificações da cidade.

No plano espiritual, no dia 16 de novembro de 1676, pela Bula *Romanis pontificis pastoralis sollicitudo*, de Inocêncio IX, a Prelazia do Rio de Janeiro foi elevada a bispado sufragâneo da arquidiocese da cidade de Salvador.¹⁹ Estava criada, então, a Diocese do Rio de Janeiro, na Igreja Matriz de São Sebastião, localizada ainda no alto do Morro do Castelo, tendo o 1º bispo chegado aqui em 1682. A Igreja de São Sebastião começou a ser erigida em 1572 e terminada em 1583, sendo entregue aos padres capuchinhos em 1842. A Sé do Rio de Janeiro foi abrigada na Igreja Santa Cruz dos Militares, na Rua Direita, por 3 anos e meio, a partir de 1734, dadas as precárias condições do prédio do Morro do Castelo. Em 1737 foi transferida para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, na Rua da Vala (atual Uruguaiana), ficando ali até 15 de junho de 1808. Hoje se encontra na Avenida Chile, em prédio de concepção arquitetônica arrojada e gosto duvidoso.

No aspecto financeiro, o principal fato foi a transferência da sede da Casa da Moeda de Salvador para o Rio de Janeiro, começando esta a funcionar no dia 17 de março de 1699, localizando-se no final da Rua Direita, próximo à Ladeira de São Bento, onde hoje se encontra o Arsenal de Marinha, em terreno doado pelos beneditinos por escritura passada em 26 de abril de 1696. Seu primeiro superintendente foi o Desembargador Miguel de Siqueira Castelo Branco. A Casa da Moeda do Rio de Janeiro, segundo consta da obra de Cleber Baptista Gonçalves, *lavrava os metais e valores idênticos aos da Casa da Moeda da Bahia, isto é, moedas de ouro de 4\$000 – 2\$000 e 1\$000 e, de prata, de \$640 - \$320 - \$160 e \$80; seu primeiro abridor de cunhos foi Amaro de Barros, ourives, percebendo para tanto o ordenado de \$600.*²⁰

Administrativamente considerado um dos mais importantes governantes

¹⁹ A informação é do Monsenhor Pizarro e Araújo, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, p. 187.

²⁰ *Casa da Moeda do Brasil, 290 anos de história*, p. 73.

que a cidade teve, toma posse no dia 26 de julho de 1733 Gomes Freire de Andrada, agraciado com o título de Conde de Bobadela. Era filho do Mestre-de-Campo Bernardino Freire de Andrada, herói militar, neto de Manoel Freyre de Andrada e bisneto de Jacyntho Freyre de Andrada, este nascido em Beja e descendente da Casa de Bobadela e dos Andrada, da Galiza. Estudou no Colégio das Artes em Coimbra, ocasião em que assentou praça, progredindo na carreira militar. Em 1733 foi enviado para o Brasil como governador do Rio de Janeiro, cargo que ocupou por quase 30 anos. Teve atuação inigualável na cidade. Deu início à construção do Palácio dos Vice-Reis (Largo do Carmo) concluído em 1743 e a fonte pública do mesmo largo. Gomes Freire procurou imprimir novo impulso à vida do Rio de Janeiro, trazendo diversos benefícios administrativos, culturais e militares.

É de seu tempo o maior incremento dado às obras dos Arcos da Carioca, para condução de água do Morro do Desterro (atual Santa Teresa) para a cidade.²¹ A administração pública prosperou sobremodo com o estabelecimento de contratos vantajosos relativos a vinhos, tabaco, aguardente, azeite doce e outros produtos. Exímio diplomata e estrategista militar destacou-se como ministro plenipotenciário nas conferências sobre os limites da fronteira meridional do Brasil. Militar de qualidades consideráveis comandou a campanha dos exércitos auxiliares portugueses e espanhóis no Rio Grande de São Pedro, Montevidéu, Buenos Aires e Colônia do Sacramento para debelar a rebelião dos índios de 1750, conhecida como a “Guerra Guaranítica” ou a “Guerra das Missões”.

Em termos de administração judicial, em 16 de fevereiro de 1751, o Rio de Janeiro criava a sua Relação²², conforme consta da carta oficial de 21 de março expedida pelo Secretário de Estado ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro, com registro às fls. 58, do Livro nº 34, do Registro Geral da Provedoria. Seu Regimento Interno foi expedido pelo Alvará de 13 de outubro, determinando o funcionamento daquele novo Tribunal a partir de 15 de julho do ano seguinte, quando, então, foram instalados os seus trabalhos.

E, no limiar do novo status jurídico-político da cidade, mais precisamente no dia 11 de março de 1757, o Conselho de Vereança – a Câmara Municipal –

²¹ Carlos Sarthou anota que a condução da água pelos Arcos da Carioca foi obra realizada pelo governador Aires de Saldanha. Gomes Freire teria modernizado as instalações. *Relíquias da cidade do Rio de Janeiro*, p. 17.

²² O distrito da Relação compreendia treze Comarcas: Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Rio das Mortes, Sabará, Rio das Velhas, Serro do Frio, Cuiabá, Goiáses, Pernaguá (atual Paranaguá), Espírito Santo, Itacazes e Ilha de Santa Catarina.

recebia a denominação de Senado da Câmara. Moreira de Azevedo²³ fala em 1748 e Max Fleiuss²⁴ nessa data, com base no Livro de Provisões do Arquivo Municipal, fls. 20. Funcionava a Câmara no sobrado da casa pertencente ao juiz de órfãos da cidade, o Dr. Francisco Telles Barreto de Menezes, local conhecido como Arco do Teles, na atual Praça XV e que foi vítima de um violento incêndio em 20 de julho de 1790, que consumiu diversos arquivos da municipalidade, com título de aforamento e de arrendatários. A Câmara passou a dar expediente na rua do Ouvidor, na casa do próprio ouvidor-geral.

Os governantes²⁵

1565 – 1567 – Estácio de Sá
1567 – 1571 – Salvador Correia de Sá
1572 – 1575 – Cristóvão de Barros
1575 – 1577 – Antonio de Salema
1577 – 1598 – Salvador Correia de Sá
1598 – 1602 – Francisco de Mendonça e Vasconcelos
1602 – 1608 – Martim Correia de Sá, o primeiro carioca a governar a cidade
1608 – 1613 – Afonso de Albuquerque
1614 – 1618 – Constantino de Menelau
1618 – 1620 – Rui Vaz Pinto
1620 – 1623 – Francisco Fajardo
1623 – 1632 – Martim Correia de Sá
1633 – 1637 – Rodrigo de Miranda Henriques
1637 – 1642 – Salvador Correia de Sá e Benevides
1643 – 1644 – Luis Barbalho Bezerra
1645 – 1647 – Duarte Correia Vasqueanes

²³ *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*, p. 509.

²⁴ *História administrativa do Brasil*.

²⁵ Não estão consideradas as interinidades ocorridas no lapso de tempo analisado.

- 1648 – 1652 – Salvador Correia de Sá e Benevides
1652 – 1657 – Luis de Almeida Portugal
1657 – 1660 – Tomé Correia de Alvarenga
1660 – 1662 - Salvador Correia de Sá e Benevides
1660 – um golpe da Câmara aclama Agostinho Barbalho Bezerra como governador
1662 – 1666 – D. Pedro de Melo
1666 – 1669 – D. Pedro de Mascarenhas
1669 – 1674 – João da Silva e Sousa
1675 – 1679 – Capitão Matias da Cunha
1679 – 1681 – D. Manuel Lobo
1682 – 1686 – Duarte Teixeira Chaves
1686 – 1689 – João Furtado de Mendonça
1690 – 1693 – Luis Cesar de Menezes
1693 – 1694 – Antonio Paes de Sande
1695 – 1697 – Sebastião de Castro Caldas
1697 – 1702 – Artur de Sá e Menezes
1699 – Francisco de Castro Morais, interino até 1702
1702 – 1705 – Francisco de Castro Morais
1705 – 1709 – Fernando Martins Mascarenhas de Lencaster
1710 – 1711 – Francisco de Castro Morais
1711 – 1713 – Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho
1713 – 1716 – D. Francisco Xavier de Távora
1716 – 1717 – Manuel de Almeida Castelo Branco
1717 – 1719 – Antonio de Brito Freire de Menezes
1719 – 1725 – Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha
1725 – 1732 – Luis Vahia Monteiro, o “Onça”
1733 – 1763 – Gomes Freire de Andrada
1763 – o Rio de Janeiro passa a ser a capital da Colônia e governado pelos seguintes Vice-Reis:
1763 - 1767 - Antonio Álvares da Cunha (Conde da Cunha)

- PASSOS, Alexandre. *O Rio no tempo do Onça*. Rio de Janeiro: São José, 1965.
- PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo, mons. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, v. 4.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1980.
- SARTHOU, Carlos. *Relíquias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1961.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, visconde Porto Seguro. *História do Brasil*. 10. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. v. 1.